

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(DES)CONSTRUIR A DESCENTRALIZAÇÃO

***DESCOINCIDÊNCIA ENTRE DESCENTRALIZAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS E DE RECURSOS, EM MATÉRIA DE
HABITAÇÃO, E SEUS REFLEXOS NOS MODOS DE VIDA
DA POPULAÇÃO***

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**ORIENTADA POR: Prof. Doutor Pedro M. Teixeira Botelho Hespanha
Prof. Doutor Fernando A. Baetas de Oliveira Ruivo**

ELABORADA POR: Marta Maria Campos Mucha

COIMBRA / 2002



ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO p.7

1ª PARTE – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO – SOCIOLOGICO

Capítulo I – A Importância do Estado na Promoção do Bem Estar Social p. 17

- A emergência da *Questão Social* e do *Estado Providência* ... p. 17
- Três modelos fundamentais de *Estado Providência* ... p. 18
- Um quarto modelo ‘sul-europeu’?... .. p. 20
- As Políticas Sociais na Europa Contemporânea ... p. 22

Capítulo II – O Envolvimento do Poder Central e do Poder Local na Estruturação da Providência Estatal p.27

- O Estado Nação não está sozinho no exercício do Poder Político p.27
- As Autarquias Locais ganham um novo protagonismo ... p. 29
- Os *labirintos* de partilha do Poder Político ... p. 31
- Do *Welfare State* ao *Local Welfare* ... p. 33

Capítulo III – Falhas de Desenvolvimento, Focos de Pobreza e Exclusão Social p. 35

- Falta de legitimidade estatal e falhas no desenvolvimento social p.35
- Da ‘simples’ *pobreza* à *exclusão* ‘múltipla’... .. p. 37
- Tendências exclusionárias em contextos urbanizados ... p. 40

Capítulo IV – O Surgimento da Sociologia Urbana e o Interesse pela Questão do Urbanismo e da Urbanização p. 43

- A gênese da análise sociológica do espaço urbano ... p. 43
- Os contributos da *Escola de Chicago* para a sociologia urbana p. 44
- Alguns contributos mais recentes para a sociologia urbana ... p. 48

Capítulo V – A Importância da Questão Habitacional no Contexto Urbano ... p. 51

- Enquadramento conceptual da questão habitacional p. 51
- Problematização da política social no âmbito da habitação ... p. 55
- Necessária articulação entre produção e apropriação da habitação
p. 57
- Breve apresentação da situação portuguesa p. 59
- A recente repartição entre o *Central* e o *Local* p. 64
- Algumas hipóteses de trabalho decorrentes da reflexão histórico-
conceptual... .. p.69

2ª PARTE – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO – METODOLÓGICO

Capítulo VI – Construção do Edifício Técnico – Metodológico... .. p. 73

Capítulo VII – Pereiras e Outrela: Exemplos da Mutação dos Papeis do Poder Central e do Poder Local no Âmbito da Política Social de Habitação p. 79

3ª PARTE – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E EQUACIONAMENTO DAS HIPÓTESES DE PARTIDA

Capítulo VIII – Traços de uma ‘Sub – Cidadania’ Predominante no Seio da População Local p.91

- Sociografia da população abrangida pelo Inquérito p. 91
- O Emprego como eixo estruturante de uma (Sub) Cidadania ... p. 95

Capítulo IX – Elementos Relevantes da Apropriação/ Intervenção dos/ nos Espaços de Habitação Social p. 93

- Os processos de selecção e transição para os espaços de habitação social p.101
- A atomização das sociabilidades dentro dos próprios espaços de habitação social p.110

- Da (des)articulação entre população e órgãos intervenientes nos espaços de habitação à (des)articulação dos órgãos locais e centrais entre si p.120
- A Plena *Descentralização* como chave para o progresso da *intervenção nos* e da *apropriação dos* espaços de habitação social p.132

Capítulo X – Conclusões p.145

BIBLIOGRAFIA p.153

INTRODUÇÃO

"A produção de conhecimento a título de observação social tem-se actualmente expandido em diferentes pontos das organizações e das instituições ligadas às políticas sociais e à acção social. Desde os que pensam o social (os políticos, a administração central, a investigação científica) até aos que a transformam no quotidiano (as comunidades locais, os trabalhadores sociais, as associações), todos os actores são simultaneamente produtores e consumidores de conhecimento."

Louis Dubouchet. *La connaissance du social, les enjeux d'aujourd'hui*

A Sociologia constitui uma ciência social que tem, naturalmente, os seus produtores e os seus consumidores e ainda os que acumulam esta dupla condição, não só com o intuito da descrição das estruturas e processos sociais que enformam e dinamizam a vida colectiva mas, sobretudo, na busca de um melhor esclarecimento das lógicas, estratégias, escolhas e reflexos recíprocos que aquelas possam desencadear. Não raro, os sociólogos debatem-se com a necessidade de realizar rupturas com o senso comum e com a dificuldade de optar entre a profundidade e a abrangência da explicação que procuram construir.

Na actualidade, um dos campos de investigação sociológica com particular pertinência, nomeadamente ao nível nacional, consubstancia-se na evolução qualitativa das políticas públicas e no impacto que um eventual processo de descentralização político-administrativa possa ter em diversas áreas do social. Há diversos ângulos do social que ganham visibilidade acrescida na sequência do processo descentralizador e do novo relevo das políticas locais. Estas, na sua componente social, visam sobretudo o aumento da qualidade de vida das comunidades locais através da concretização mais efectiva dos direitos sociais, sem esquecer a consciencialização paulatina para os respectivos deveres. As potencialidades e constrangimentos do processo de transição de responsabilidades e recursos, que implica a descentralização, e as dificuldades de articulação entre os diversos organismos de promoção de bem estar e qualidade de vida - não só ao nível do Estado (através da iniciativa pública), mas também do Mercado (através da iniciativa privada) e da Sociedade Civil - exigem uma reflexão colectiva do meio político e científico.

Segundo P. Hespanha, “o princípio da solidariedade social é o principal motor e razão dos direitos de cidadania e encontra fundamento em períodos particulares de coesão social acrescida. Não foi por acaso que o Estado Providência surgiu em Inglaterra e em França logo a seguir à II Guerra Mundial e que em Portugal ele ocorreu com a recuperação do regime democrático. Emerge e amplia-se continuamente o espectro dos direitos sociais nas relações de trabalho, na segurança social, na saúde, na educação e na habitação; mais amplo e mais cedo nos países centrais, mais limitado e mais tardio nos restantes.”¹ Todavia, a sua efectivação enferma de uma série de constrangimentos, quer de ordem estrutural, quer de ordem conjuntural, que levam a colocar uma primeira grande questão, no âmbito do presente trabalho de investigação, a saber: até que ponto a providência estatal pode tomar sob sua responsabilidade a satisfação de necessidades que estão na base da definição de direitos essenciais à sobrevivência e qualidade de vida de qualquer cidadão, na actualidade?

Tal questão constitui tão só um estímulo para encetar uma análise que se adivinha extremamente complexa e abrangente não sendo, desde logo, plausível esmiuçá-la em toda a sua amplitude. Entre os múltiplos direitos que têm vindo a ser reconhecidos com o advento da modernidade sociocultural é progressiva maturidade político-administrativa de cariz democrático, alguns parecem já sobejamente trabalhados, embora a implementação subverta quase sempre a concepção dos mesmos. Porém, muitas áreas há em que as necessidades estão longe de ser satisfeitas com justiça e os direitos e deveres a que elas respeitam estão longe de estar definidos com clareza. No caso português, uma dessas ‘áreas críticas’ parece ser a da *habitação*, entendida em si mesma como uma necessidade básica e como condição *sine qua non* de satisfação de outras necessidades como o da saúde, protecção, segurança, que também se traduzem em direitos. Talvez por isso, este tema tenha despertado, desde logo, o nosso interesse e nos tenha levado a lançar uma segunda questão pertinente que consiste em saber: actualmente, de que modo o Estado – ao nível europeu, nacional e local – pode contribuir para a definição e implementação de uma estratégia política mais consentânea com a satisfação de necessidades básicas que estão plasmadas no direito à habitação?

¹ Pedro, HESPANHA, “Novas Perspectivas sobre os Direitos Sociais”, in *Intervenção Social*, n.º 15/16, 1997, p. 122.

O ritmo de reprodução das necessidades habitacionais assume nos centros urbanos uma dimensão impressionante, ao contrário das zonas rurais em que o parque habitacional é cada vez mais votado ao abandono, o que não deixa de ser também preocupante. As zonas metropolitanas são um bom exemplo de como a multiplicação das infra-estruturas e a ampliação do parque habitacional não conseguem responder, nem quantitativa nem qualitativamente, ao desenvolvimento das necessidades nesta área essencial ao bem estar individual e colectivo. Uma certa desadequação está mais patente nas periferias dos grandes centros urbanos, que se têm manifestado cenários propícios ao desenvolvimento de bolsas de pobreza e exclusão social, facto que os torna alvo privilegiado de reflexão política, social e sociológica. Numa moção sectorial, em prol de uma política das cidades em Portugal, pode ler-se: “se é principalmente na acentuação das desigualdades que se fundamenta a exclusão social, é também por falta de urbanidade e pela inexistência de políticas adequadas na habitação e transportes (...) que os fenómenos negativos da vida urbana se acentuam.”² Neste enquadramento, será ainda interessante questionar: em que medida os espaços de habitação social, sustentados por órgãos de natureza estadual, central e/ou local, contribuem para o predomínio de um modo de vida caracterizado pela decadência urbana e não de uma forma de vida marcada pelo bem estar e a urbanidade?

A exploração das questões acima colocadas ‘abre portas’ para uma investigação que pretende demonstrar como a temática das políticas sociais, em geral, e das políticas de habitação social, em particular, tem muito a dar à reflexão sobre *políticas locais e descentralização*. Uma vez encetado o processo de investigação, deve ter-se sempre em atenção uma dupla vertente – a institucional e a comunitária – pois é na boa articulação entre os actores sociais, de cada uma destas vertentes, que parece residir a chave do progresso e do bem estar social e habitacional. Se a lógica de produção das políticas e de negociação de competências ao nível institucional nos cativam, não é menos verdade que a lógica de apropriação das políticas e de vivência das mesmas ao nível comunitário também nos despertam a curiosidade sociológica. Nesta linha de raciocínio, teremos como objecto da reflexão teórico-empírica que se segue, *os moldes em que se desenvolve a implementação de medidas de política social de habitação por parte das diversas instâncias de Poder e seu impacto nas representações e nas relações das populações entre si e destas com as referidas instâncias*.

² Moção Sectorial, *Por uma Política de Cidades em Portugal*, (documento recolhido na internet em: <http://www.partido-socialista.pt>).

Numa tentativa ambiciosa de *ler para além dos documentos* e de *ver para além das fachadas* da habitação social, escolhemos como objecto real de pesquisa um território concelhio marcado pela diversidade de actuações no âmbito da promoção local de bem estar habitacional e pela heterogeneidade de apropriações por parte da população alvo das políticas de habitação. O concelho escolhido foi o de Valongo, não só pela maior facilidade que a investigadora teve de pôr em prática a sua estratégia de pesquisa empírica, mas também porque aquele constituiu uma das zonas da Área Metropolitana do Porto (A.M.P.) em que a explosão urbana e demográfica mais se fez sentir nas últimas décadas. Abrangendo uma área aproximada de 68 Km², o espaço concelhio está dividido em cinco freguesias, duas delas fortemente urbanizadas – Valongo e Ermesinde – e outras de cariz marcadamente rural – Alfena, Campo e Sobrado – que começam a ser ‘rasgadas’ por um forte dispositivo industrial. Nas duas primeiras existem três bairros sociais – Saibreiras em Ermesinde e Pereiras e Calvário em Valongo – que foram construídos pelo Fundo de Fomento da Habitação (F.F.H.) e, hoje em dia, são geridos pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (I.G.A.P.H.E.). Recentemente, foram construídos catorze novos empreendimentos de habitação social inseridos no Programa Especial de Realojamento (P.E.R.) da Câmara Municipal de Valongo (C.M.V.), sendo estes distribuídos por todas as freguesias do concelho.³ Dentro desta diversidade de iniciativas, as quais espelham também a evolução das políticas de promoção e gestão de habitação social, foram seleccionados o bairro das Pereiras e o empreendimento de Outrela, caracterizados por uma vida associativa e comunitária relativamente activa, no intuito de levar a cabo a pesquisa de terreno que auxiliou a reflexão teórico-metodológica, permitindo trabalhar os objectivos que propusemos aos vários níveis.

Num primeiro capítulo, começam por apresentar-se, como ‘pano de fundo’ para a problematização sociológica, as linhas gerais de evolução e diversificação do papel do Estado na promoção do bem estar individual e colectivo. Através de uma postura mais centralizadora ou mais reguladora, a providência estatal tem buscado a concretização de uma vida social mais digna, sendo a concepção e implementação de políticas sociais um instrumento essencial para que todos os cidadãos vejam cumpridos os seus direitos e

³ A este propósito, poderiam ainda ser mencionadas outras iniciativas locais de promoção da habitação com carácter social, nomeadamente aqueles programas que visam a aquisição de alojamento a custos controlados por parte dos casais mais jovens. Porém, nenhum deles será explorado no presente trabalho de investigação.

deveres essenciais. Todavia, no contexto europeu contemporâneo, há países em que um certo ‘défice de estatização’ tem retirado ao Estado a legitimidade necessária à boa concretização das medidas de política referentes a diversas dimensões da vida social, sendo o caso português particularmente sensível a este tipo de fenómeno. Paralelamente, um certo ‘défice de participação’ nas várias causas públicas faz com que a população, designadamente a portuguesa, enfrente daquilo a que poderemos chamar *sub-cidadania*, ou seja, fraca capacidade de defesa e exercício de um conjunto de direitos (e deveres) vitais, cujas condições de satisfação devem figurar nas políticas sociais.

A fragilidade estrutural que caracteriza o desempenho do papel providencial pelo Estado-Nação, em algumas das áreas fundamentais de promoção do bem estar individual e colectivo, acaba por levar à reivindicação de um maior intervencionismo por parte de outras instâncias do poder político. Por um lado, a U.E. e outras autoridades supra-nacionais ganham um novo protagonismo, fruto das dinâmicas de globalização político-económica e sociocultural. Por outro lado, a necessidade de reafirmação das identidades locais dão um novo alento a algumas entidades infra-nacionais, que vêm acrescidas as suas responsabilidades e competências no plano político-administrativo. No capítulo II, procura aflorar-se a forma complexa como se processa a partilha e a conquista de novos poderes entre as diversas esferas, nomeadamente local/local e local/nacional, verificando-se que, no que respeita a Portugal, alguns excessos de centralismo – produzido ao nível do Estado central e reproduzido no interior da hierarquia autárquica – acabam por minar o tão desejado *desenvolvimento glocal*.⁴

As falhas no desenvolvimento integrado da totalidade dos sistemas – social, político, económico, simbólico-identitário – aumentam a probabilidade de (re)produção de situações de pobreza e, sobretudo, exclusão social que afectam de forma tentacular o quotidiano de algumas camadas mais desprotegidas da sociedade. No terceiro capítulo exploram-se as fronteiras, sempre movediças, em que se faz a distinção entre aqueles dois conceitos de inestimável pertinência quando se trata de desenvolver uma reflexão aprofundada sobre a transformação político-administrativa e suas consequências na mutação ou não dos modos de vida, em contextos residenciais de arrendamento público,

⁴ Segundo Rogério Roque Amaro: “Global e local são de facto duas faces da mesma moeda; a construção do global só é viável sobre raízes locais, da mesma maneira que as entidades e as lógicas locais só ganham sentido se referidas e articuladas com as dinâmicas globais. (...) Não se trata de ser global ou local, mas de ser global e local, ou seja GLOCAL”, *cit in* Rogério Roque, AMARO, “O Desenvolvimento Local – um caminho para a Sociedade Providência?”, comunicação à *III Conferência dos Economistas de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1997, p. 12.

precisamente destinados a agregados familiares caracterizados por múltiplas carências. A *exclusão urbana* é um fenómeno difuso e difícil de ser combatido devido à sua multidimensionalidade, mas cuja visibilidade contribui para aumentar a curiosidade dos cientistas sociais, em geral, e dos sociólogos, em particular, face às realidades urbanas.

Já o quarto capítulo é dedicado a uma apreciação *selectiva* de algumas das mais importantes abordagens sociológicas de fins do séc. XIX até finais do séc. XX, procurando confrontar a perspectiva mais *ecológica* dos autores americanos, fundadores da designada sociologia urbana, com a perspectiva mais *relacional* de autores europeus mais recentes, sem esquecer a abordagem pioneira de Max Weber. Um dos aspectos mais interessantes desta resenha sociológica consiste, justamente, na deslocação do enfoque analítico das questões relacionadas com a estrutura urbana, a produção do espaço e a funcionalidade deste na organização das actividades quotidianas da população, para as dimensões referenciadas à apropriação subjectiva e a simbolização diferenciada dos espaços por parte de indivíduos e seus reflexos nos modos de vida, formas de sociabilidade e organização das comunidades urbanas. A partir dos anos 60, é cada vez maior a concentração das atenções dos sociólogos urbanos na realidade das *banlieues*, onde crescem espaços habitacionais de carácter social, que se revelam periféricos, cada vez menos em termos de disposição territorial, mas cada vez mais em termos de (des)integração social, propensos a modos de vida marcados pela marginalidade e a exclusão

A análise do espaço urbano orientada por abordagens tão ricas e diversificadas impelem-nos a uma maior especificação conceptual em torno da problemática da habitação (reconhecida que está a centralidade analítica desta temática), salientando a descoincidência patente entre o volume e o tipo de *procura* e de *oferta*, geradora de *degradação* e *crises* de habitação em alguns núcleos urbanos de maior dimensão. Nesses contextos, as capacidades de concepção e implementação de medidas de promoção habitacional por iniciativa pública, raramente conseguem suprir as necessidades de uma população de proveniência heterogénea e com fraca capacidade de solvência para suportar as condições do mercado no que toca a habitação. No capítulo V pretende-se ainda, através de uma breve revisão de algumas medidas de política habitacional adoptadas em Portugal ao longo do séc. XX, alertar para a pertinência da estruturação de uma política de cariz social neste domínio e, ao mesmo tempo, assinalar a tendência para a descentralização das políticas públicas de habitação, questionando,

precisamente, os moldes em que tem vindo a decorrer *a transferência de responsabilidades do Poder Central para o Poder Local e seus reflexos no quotidiano dos habitantes abrangidos pela acção das diversas entidades* actuantes nesta matéria.

Após um sucinto enquadramento metodológico e empírico efectuado na segunda parte da presente Tese, chega-se à fase de caracterização da população, abordada no âmbito da pesquisa empírica, e de apresentação dos resultados, fase esta em que se procura explorar ao máximo a visão endógena (dos habitantes) e exógena (de promotores e gestores) dos espaços de habitação social em questão. A natureza diferenciada das duas realidades habitacionais, fruto de concepções e estratégias de acção muito diversas, está bem patente na terceira parte deste trabalho, mas há aspectos que as unem, como seja, o paulatino fechamento das famílias sobre si mesmas, perdendo-se o sentido de comunidade e deteriorando-se a confiança desses agregados nos organismos do Poder Central e do Poder Local que têm a responsabilidade de gestão quotidiana dos núcleos residenciais em questão. A desarticulação patente entre as várias instâncias do Poder implicadas é outro dos aspectos que provoca descontentamento e ajuda a descredibilizar o próprio processo de descentralização que nos propomos aqui desconstruir, analisando a forma como tem sido construído e procurando ser um tributo para o futuro da descentralização, designadamente na área da habitação.

As teses propriamente ditas, que decorrem de todo o percurso investigativo, desde a leitura de livros e revistas da especialidade, até ao contacto com a realidade do terreno, são apresentadas no capítulo conclusivo deste trabalho de investigação. Lança-se aqui um desafio à curiosidade dos leitores não avançando as respostas às principais hipóteses teóricas, mas convidando à leitura integral da Tese.

Antes, porém, gostaria de agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização do presente trabalho em circunstâncias tão delicadas, nomeadamente, as que se reportam à temporária acumulação de dois papéis junto da população alvo: a de técnica e a de investigadora.

Desde logo, o meu muito obrigado ao Dr. Ricardo Lima (I.G.A.P.H.E.), ao Dr. Luís Lourenço (C.M.V.) e a todos aqueles cujas entrevistas ajudaram a esclarecer muitas das dúvidas que me foram surgindo na sequência da reflexão teórica. Gostaria também de agradecer, na pessoa do Sr. Valentim Canado e do Sr. Alberto Vilar, a todas as famílias envolvidas no trabalho de pesquisa empírica, sem o testemunho das quais

nunca teria descoberto o real impacto das políticas em questão no modo de vida da população alvo

Paralelamente, gostaria de manifestar o meu apreço à dupla de orientadores que me ajudou durante estes quase três anos – Prof. Doutor Pedro Hespanha e Prof. Doutor Fernando Ruivo – graças a quem desenvolvi novos campos e novas perspectivas de análise mas, sobretudo, graças a quem encontrei uma forma diferente de estar na Sociologia

Agradeço ainda a toda a equipa do Projecto Empregar pela sua compreensão e apoio, em momentos de grande stress e preocupação que se abateram sobre mim, com uma palavra de particular gratidão à Paula que foi, tantas vezes, o meu ‘muro das lamentações’.

Por último – e porque os últimos são os primeiros - quero manifestar o meu reconhecimento aos meus pais e à minha família por tudo aquilo que fizeram por mim. Agradeço a Elinha, que me deu abrigo, a Paulinha ,que é a minha socióloga preferida, e ao Nuno que é e será o meu ‘braço direito’. Muito obrigado a todos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABALLÉA, François, “Genèse d’une Politique de la Ville ou la Ville comme Catégorie de l’Action Publique”, in *Recherche Sociale*, n.º154, Paris, Avril – Juin 2000, p.4 – 21.
- ALBARELLO, Luc *et alter*, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Gradiva, 1997.
- ALMEIDA, João Ferreira de, PINTO, José Madureira, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- ALMEIDA, Paula, “Habitação: a produção de um conceito”, in *Sociedade e Território*, n.º20, 1994, pp.110 – 116.
- AMARO, Rogério Roque, “O Desenvolvimento Local – um caminho para a Sociedade Providência?”, comunicação ao *III Conferência dos Economistas de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1997.
- BALANDIER, Georges, BASTIDE, Roger, BERQUE, Jacques et GEORGE, Pierre (orgs.), *Perspectives de la Sociologie Contemporaine*, Paris, P.U.F., 1968.
- BAPTISTA, Luís V., *Cidade e Habitação Social*, Oeiras, Celta Editora, 1999.
- BARBALET, J. M., *A Cidadania*, Lisboa, Edições Estampa, 1989.
- BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1995.
- BARROS, Carlos Pestana, SANTOS, J. C. Gomes (orgs.), *A Habitação e a Reintegração Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, 1997.

- BEINER, Ronald, *Theorizing Citizenship*, U.S.A., State University of New York Press, 1995.
- BONETTI, Michel, “Revalorisation des Quartiers en Crise: de la réhabilitation à la Gestion Urbaine Intégrée”, in *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994, pp.17 – 25.
- BRUN, Jacques, RHEIN, Catherine (eds.), *La Ségrégation dans la Ville*, Paris, Éditions L’Harmattan, 1994.
- BURDEAU, Georges, *L’État*, Paris, Éditions Seuil, 1970
- CAMPOS, António Correia, *Solidariedade Sustentada – Reformar a Segurança Social*, Lisboa, Edições Gradiva, 2000.
- CANOTILHO, J. J. Gomes, MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora L.da, 1978.
- CAPUCHA, Luís Manuel Antunes, “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades”, in VIEGAS, José M. L.; COSTA, António Firmino da (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, cap.7, pp.45-78.
- CARDOSO, Abílio, *O Planeamento Municipal e a Habitação*, Lisboa, Fim de Século Edições, 1991.
- CARDOSO, Abílio, *Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento, 1996.
- CARIA, Telmo, “A Reflexividade e a Objectivação do Olhar Sociológico na Investigação Etnográfica”, in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 55, Coimbra, Nov. 99, pp. 5 –35.
- CARREIRA, Henrique Medina, *As Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, Edições Gradiva, 1996.

- CASTELLS, Manuel, *Lutas Urbanas e Poder Político*, Porto, Edições Afrontamento, 1976.
- CASTELLS, Manuel, *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- CLAVEL, Gilbert, *La Société d'Exclusion – comprendre pour en sortir*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1998.
- COELHO, António Baptista, “É preciso integrar a «habitação social» na continuidade urbana”, in *Sociedade e Território*, nº 20, 1994, p. 71 - 78.
- COSTA, António Firmino, “A Pesquisa no Terreno em Sociologia” in PINTO, José Madureira, SILVA, Augusto Santos, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986, pp. 129-148
- COSTA, Manuel da Silva, NEVES, José Pinheiro (coord.), *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.
- DIAS, Isabel, “Exclusão Social e Violência Doméstica – que relação?”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, série I, vol. VIII, Porto, 1998, pp.189 – 205.
- DIAS, Júlio, “Tendências das Políticas Europeias quanto aos Modelos de Habitação Social”, in *Sociedade e Território*, nº 20, 1994, p. 91 - 100.
- DONNE, Marcella, *Teorias sobre a Cidade*, Lisboa, Edições 70, 1983.
- ESPING-ANDERSEN, G., *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press, 1990.
- ESTEVES, Ant.º Joaquim, AZEVEDO, José (Eds.), *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia da F.L.U.P., 1998.

- ÉTIENNE, Jean, BLOESS, Françoise, NORECK, Jean – Pierre, ROUX, Jean – Pierre, *Dicionário de Sociologia – as noções, os mecanismos e os autores*, Lisboa, Plátano Edições, 1998.
- FERREIRA, António Fonseca, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Edições Afrontamento, 1987.
- FERREIRA, António Fonseca, “Política(s) de habitação em Portugal”, in *Sociedade e Território*, nº6, 1988, pp. 54-62
- FERRERA, Maurizio, “A reconstrução do Estado social na Europa meridional”, in *Análise Social*, n.º151/ 152, 2000, pp.457-474.
- FERRERA, Maurizio, HEMERIJCK, Anton, RHODES, Martin, *O Futuro da Europa Social – repensar o trabalho e a protecção social na nova economia*, Oeiras, Celta Editora, Set. 2000.
- FREITAS, Maria João, “Os Paradoxos do Realojamento”, in *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994, pp. 26 – 35.
- GHEKIERE, Laurent, *Les Politiques du Logement dans L'Europe de Demain*, Paris, Documentation Française , 1992.
- GIDDENS, Anthony, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1993.
- GIDDENS, Anthony, *Para uma Terceira Via*, Lisboa, Edições Presença, 1999.
- GUERRA, Isabel, “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 24, Lisboa, 1997, 173.
- GUERRA, Isabel, “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, in *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994, pp. 10 – 16.

- GROS, Marielle Christine, “«Pequena» história do alojamento social em Portugal”, *in Sociedade e Território*, n.º 20, 1994, pp. 80 – 89.
- HARVEY, David, *The Urban Experience*, Oxford, Blackwell Editions, 1992
- HESPANHA, Pedro, “Novas Perspectivas sobre os Direitos Sociais”, *in Intervenção Social*, n.º 15/16, 1997, p.121 - 129.
- HESPANHA, Pedro, “Novas desigualdades, Novas solidariedades e Reforma do Estado: enquadramento do tema e síntese das comunicações”, *in Revista Critica de Ciências Sociais*, n.º 54, Coimbra, Jun. 99, pp. 69 – 78.
- LEAL, António da Silva , “ As Políticas Sociais no Portugal de Hoje”, *in Análise Social*, n.º87,88,89, 1985, pp. 925-943.
- LEIBFRIED, Stephan, “Towards a European Welfare State?”, *in* PIERSON, Christopher, CASTLES, Francis (orgs.), *The Welfare State Reader*, Cambridge, Polity Press, 2000, pp.190 - 205.
- LEFEBVRE, Henri, COORNAERT, Monique, “Ville, Urbanisme et Urbanization”, *in* Georges BALANDIER, Roger BASTIDE, Jacques BERQUE et Pierre GEORGE(orgs.), *Perspectives de la Sociologie Contemporaine*, Paris, P.U.F., 1968, p. 85 - 105.
- LEFEBVRE, Henri, *La Révolution Urbaine*, Paris, Éditions Gallimard, 1970.
- LENOIR, René, *Les Exclus -- un français sur dix*, Paris, Éditions Seuil, 1974.
- LIMA, Pedro, DORES, António Pedro, COSTA, António Firmino, “Classificações de Profissões nos Censos 91”, *in Sociologia – Problemas e Práticas*, Lisboa, 1991, pp. 43 – 66.

- MADEC, Annick, MURARD, Numa, *Cidadania e Políticas Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.
- MAGRI, Susanna, “L’émergence du logement social: objectifs et myens d’une réforme (1894-1930), in SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine, BRUN, Jaques (orgs.), *Logement et Habitat – l’état des savoirs*, Paris, Éditions Découverte, 1998, pp..
- MILLS, C. Wright, *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- MISHRA, Ramesh, “Para Além do Estado – Nação: a política social na era da globalização”, in *Cadernos de Política Social*, 1999, 165 - 192.
- MOLLER, Iver, “On the Spoor of Conceptual Clarification”, in *INPART Working Paper*, Abril de 1998, pp.1 – 11.
- MOZZICAFREDO, Juan, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2000.
- OLIVEIRA, António Cândido de, “Autarquias Locais e Desenvolvimento: novos e importantes desafios”, in COSTA, Manuel da Silva, NEVES, José Pinheiro (coord.), *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, pp.17 – 26.
- PAUGAM, Serge, *Exclusion Social – L’etat des savoirs*, Paris, Editions Découverte, 1996.
- PIERSON, Christopher, CASTLES, Francis (orgs.), *The Welfare State Reader*, Cambridge, Polity Press, 2000.
- PIMENTA, Manuel, FERREIRA, Leonor Vasconcelos, FERREIRA, José Ant.º, *Estudo Socioeconómico da Habitação Social*, Porto, Edição da Câmara Municipal do Porto – Pelouro da Habitação e Acção Social, 2001.

- PINÇON – CHARLOT, Monique, PRETECEILLE, Edmond, RENDU, Paul, *Ségrégation Urbaine – classes sociales et équipements collectifs en région parisienne*, Paris, Éditions Anthropos, 1986.
- PINTO, Teresa Costa, “A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro”, in *Sociedade e Território*, nº20, 1994, 36 – 43.
- POCOCK, J. G. A., “The Ideal of Citizenship Since Classical Times”, in BEINER, Ronald, *Theorizing Citizenship*, U.S.A., State University of New York Press, 1995, pp.29 – 52.
- PORTAS, Nuno, “Sobre alguns Problemas da Descentralização”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, Coimbra, Dez.88, pp.61-78.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Graíva, 1992.
- RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *La Ville et l'Urbanisation*, Genbloux, Duculot, 1974.
- RODRIGUES, Eduardo Vitor *et alter*, “A Pobreza e a Exclusão Social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, Porto, n.º 9, 1999, pp.63-101.
- RODRIGUES, Walter, “Urbanidade e novos estilos de vida”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º12, I.S.C.T.E., Lisboa, 1992, pp.91-107.
- ROSANVALLON, Pierre, *La Nouvelle Question Social*, Paris, Éditions Seuil, 1995.
- RUEDA, Lupicínio Íñiguez, ANTAKI, Charles, “Análisis del Discurso” in António ESTEVES, José AZEVEDO (Eds.), *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia, 1998, p.134.

- RUIVO, Fernando, FRANCISCO, Daniel, “O Poder Local entre centro e periferias”, *in Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº52/53, Coimbra, 98/99, pp.281-302.
- RUIVO, Fernando, *O Estado Labirintico: o poder relacional entre Poderes Local e Central em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.
- RUIVO, Fernando, *Poder Local e Exclusão Social*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portuga l(1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- SAUNDERS, Peter, *Social Theory and the Urban Question*, Londres, Unwin Hyman, 1986.
- SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine, BRUN, Jaques (orgs.), *Logement et Habitat – l'état des savoirs*, Paris, Éditions Découverte, 1998.
- SERRA, Nuno Pires, *Estado, Território e Estratégias de Habitação*, Coimbra, Quarteto Editora, 2002.
- SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- SILVA, Manuela, COSTA, Alfredo Bruto da, *Pobreza Urbana em Portugal – um inquérito a famílias em habitat degradado nas cidades de Lisboa, Porto e Setúbal*, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social da Cáritas Portuguesa, Janeiro/1989.
- SILVA, Manuela, “Política Social: uma incursão no futuro”, *in Estudos de Economia*, I.S.S.N., Lisboa, 1994, pp.127 – 138.

- SOUSA, Filomena, *A Qualidade de Vida em Contexto de Realojamento: representações sociais do espaço quotidiano nos empreendimentos P.E.R. do concelho de Valongo*, Porto, Seminário de Investigação sobre Regionalização e Poder Local: o desenvolvimento democrático, Dezembro de 1998.
- VIEGAS, José Manuel Leite, COSTA, António Firmino da (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- WACHTER, Serge (coord.), *Politiques Publiques et Territoires*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1989.
- WALLERSTEIN, Imanuel, *The Politics of the World Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- WEBER, Max, *The City*, New York, The Free Press, 1966.
- WIRTH, Louis, *The Ghetto*, Chicago, University of Chicago Press, 1956.
- XIBERRAS, Martine, *As Teorias da Exclusão*, Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

OUTRA DOCUMENTAÇÃO:

- Decretos Lei n.º 23052/ 33; D. L. n.º 49033/ 69; D.L. n.º 214/ 82; D.L. n.º 88/ 87; D.L. n.º 141/ 88; D.L. n.º 167/ 93; D.L. n.º 288/ 93.
- Censos 91 – Classificação da População Portuguesa Segundo o Concelho e o Grupo Socio – Económico dos Indivíduos.
- Moção Sectorial, *Por uma Política de Cidades em Portugal*, (documento recolhido na internet em: www.partido-socialista.pt).

- Publicação sobre *Uma Experiência de Reabilitação Urbana – monografia de intervenções realizadas nos bairros de Pereiras e Calvário em Valongo (1994 - 1998)*, Edição I.G.A.P.H.E./ C.M.V., Agosto/ 2001.
- Entrevista a M.^o João Freitas, Notícias Magazine, n.º464, in *Jornal de Notícias* n.º 318/113, Abril/ 2001, pp.10 a 16.

